



Universidade de Brasília
Faculdade de Administração, Contabilidade e Economia
Departamento de Administração

TALYSON EURICO SOUSA DOS SANTOS

A VISÃO DO TRABALHO ENTRE PESSOAS LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA

Brasília - DF
2018

TALYSON EURICO SOUSA DOS SANTOS

A VISÃO DO TRABALHO ENTRE PESSOAS LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA

Monografia apresentada ao Departamento de Administração como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Administração.

Professor Orientador: Dr. Marcus Vinícius Soares Siqueira

Brasília – DF

2018

TALYSON EURICO SOUSA DOS SANTOS

A VISÃO DO TRABALHO ENTRE PESSOAS LGBT EM SITUAÇÃO DE RUA

A Comissão Examinadora, abaixo identificada, aprova o Trabalho de Conclusão do
Curso de Administração da Universidade de Brasília do aluno

Talyson Eurico Sousa dos Santos

Dr. Marcus Vinícius Soares Siqueira
Professor-Orientador

Dra. Doriana Daroit
Professora-Examinadora

Me. Cledinaldo Aparecido Dias
Professor-Examinador

Brasília, 21 de junho de 2018

Dedico este estudo a todos (as) aqueles (as) que enfrentam o preconceito e a LGBTfobia em seus dias, lutam para sobreviver e se permanecem firmes frente a tudo isso com garra e muito amor. Somos todos fortes.

AGRADECIMENTOS

Agradeço de todo coração a todos aqueles que me incentivaram quando nem eu acreditava que poderia continuar.

Minha família, a quem eu devo tudo o que sou e construí com luta e aprendizado por parte de cada um deles.

Meus amigos e amigas que sempre estiveram ao meu lado acreditando em tudo o que me propus a fazer. Vocês são incríveis!

Ao meu professor orientador Marcus Vinícius por ter acreditado em meu estudo e me auxiliado de forma única.

Aos colegas de UnB que aprendi a ter um carinho especial e que sentirei falta do convívio.

A cada um e uma que fez parte da construção deste estudo, meu **muito obrigado!**

Antes de ecoar “amém” na sua casa e no
lugar de adoração, pensem. Pensem e
lembrem-se. Uma criança está ouvindo.
Mary Griffith

RESUMO

O presente estudo teve por objetivo analisar a visão que pessoas LGBT que já estiveram ou estão em situação de rua têm do trabalho, no processo de inclusão social. A pesquisa tem natureza qualitativa e para as devidas análises, foram realizadas entrevistas em profundidade com roteiro semiestruturado com pessoas LGBT que vivem ou já viveram situações de rua, gravadas e transcritas para análise de conteúdo. A partir das informações obtidas foi possível analisar, à luz de conteúdos sobre as pessoas que fazem parte simultaneamente destas duas populações e sua relação com o trabalho, a visão na prática do que foi abordado teoricamente, por meio do discurso dos (as) entrevistados (as). O estudo apresentou que estas pessoas que fazem parte desta população discriminada, estigmatizada e marginalizada sofrem com o preconceito por ser LGBT e também por estar em situação de rua. Ainda foi encontrado que estas pessoas entendem o trabalho como fonte de mudanças em sua condição de vida, seja financeira ou social. Entende que o fator trabalho é essencial para conquistas como habitação, saúde e respeito da família e amigos.

Palavras-chave: População em Situação de Rua. LGBT. Trabalho. Inclusão Social.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	1
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	4
2.1. Pessoas em situação de rua.....	4
2.2. LGBT e trabalho.....	10
3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA.....	18
3.1. Descrição Geral da pesquisa, procedimentos e instrumentos de coleta de evidências empíricas.....	18
3.2. Sujeitos da pesquisa.....	20
4. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	22
4.1. A ida para as ruas e a permanência nelas.....	22
4.1.1. A relação com a religião.....	23
4.1.2. Rompimento de laços familiares.....	26
4.2. A relação direta com o mercado de trabalho.....	27
4.3. O trabalho como fonte de mudança de vida.....	30
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	33
REFERÊNCIAS.....	36
APÊNDICES.....	42
APÊNDICE A – Roteiro de Entrevistas	42
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	43

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho envolve a intersecção de duas populações sensíveis e tradicionalmente marginalizadas: a População em Situação de Rua e a População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT). Diversos campos da ciência, como medicina, psicologia, assistência social e gestão pública, preocupam-se e estudam essas populações.

No que diz respeito à população LGBT, em meados do século XIX, foi estudada por teses higienistas que os definiam como pederastas, viragos e degenerados, reforçando as teorias religiosas, que também tiveram papel essencial na formação do senso comum e na marginalização de gays e lésbicas. Ao longo do século XX, por volta dos anos 80, iniciaram-se reflexões menos preconceituosas, alavancando estudos mais abertos e genuínos sobre essa população. Góis (2003) afirma que nesse período houve um distanciamento dos estudos da homossexualidade quanto às suas causas e possíveis consequências, se aproximando de uma reflexão sobre a construção social dos significados associados a ela e ainda das dificuldades que os homossexuais enfrentam na sociedade.

Para o indivíduo LGBT, a convivência com a LGBTfobia se torna uma forma de violência às pessoas que fazem parte deste grupo e até mesmo àquelas que fazem parte do ciclo de vivência destas.

Este trabalho tem como intuito estudar não apenas indivíduos homossexuais, mas também bissexuais, travestis, transexuais e/ou transgêneros e sua relação com o trabalho. Por isso, o termo escolhido foi LGBTfobia, atribuindo a ele o conceito de homofobia, que será discorrido logo à frente, entendido como hostilidade geral, psicológica e social à essa população.

Além disso, optamos por pensar no indivíduo LGBT enquanto pessoa em situação de rua. Quanto à População em Situação de Rua, historicamente à margem das prioridades dos poderes públicos, percebe-se sua dificuldade de ascensão social e manutenção das próprias condições de sobrevivência. Costa, Mesquita e Campos (2015), trazem a ideia de que o fenômeno da situação de rua, que sempre foi encarado como um desajuste do sujeito morador de rua é, portanto, uma questão de transgressão à ordem e aos bons costumes, passível de punição. Esta população, por suas

características próprias, deve ser analisada em suas múltiplas determinações em busca da compreensão de sua totalidade social. População a qual, muitas vezes, exercia alguma atividade profissional antes de se encontrarem em situação de rua. Pode-se pensar então que o desemprego é um dos fatores que levam as pessoas a ocuparem os espaços urbanos como moradia (DOS REIS, 2013).

Censos oficiais já foram realizados nessas populações. O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA (2016), publicou pesquisa com base de dados de 2015, estimando que a população em situação de rua no Brasil é composta por pouco mais de 100 mil pessoas. Quanto a população LGBT, o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE (2010), identificou cerca de 60 mil casais homoafetivos vivendo juntos no país. Também uma pesquisa da InSearch Tendências e Estudos de Mercado (2012), estimou que a população LGBT no Brasil seja de 18 milhões de pessoas (SIQUEIRA, 2015).

Havendo mais estudos sobre as temáticas, é possível identificar suas maiores problemáticas, características e possibilidades. Temos então, a possibilidade de voltar nossos olhares para os indivíduos que vivem tais situações e condições.

Quando se faz parte mutuamente de duas comunidades marginalizadas, o indivíduo sofre preconceito e discriminação por ambas vivências. Para Prado e Machado (2008), a questão social para indivíduos LGBT se configura como projeção desmobilizante, invisibilizando-os e fragilizando-os, em virtude dos preconceitos e discriminações que estes sofrem. Então, se faz importante pensar até que ponto essas problemáticas podem interferir no acesso ou permanência desses indivíduos no mercado de trabalho, do ponto de vista do próprio indivíduo. Através deste estudo, busca-se resposta para o seguinte problema de pesquisa: Qual é a visão que pessoas LGBT em situação de rua, atual ou passada, têm do trabalho, tendo em vista a melhoria na sua condição de vida? O objetivo geral da pesquisa é o de analisar a visão que pessoas LGBT, que já estiveram ou estão em situação de rua, têm do trabalho no processo de inclusão social. Os objetivos específicos deste estudo são: 1) levantar expectativas de mudanças por meio do trabalho na condição de vida de pessoas LGBT em atual situação de rua; 2) verificar mudanças através do trabalho na condição de vida das pessoas LGBT que já estiveram em situação de rua; 3) entender de que forma a orientação sexual e

identidade de gênero influencia a situação de rua dos indivíduos; 4) analisar o papel do trabalho no processo de inclusão social da população pesquisada. Para alcançá-los, o pesquisador fez entrevistas em profundidade baseadas em roteiro semiestruturado, em parceria com casas acolhedoras de LGBT expulsos de casa, movimentos sociais, ONGs que trabalham com essas populações e com os próprios indivíduos em estudo.

O presente estudo se faz importante pela percebida lacuna de pesquisa em administração sobre o assunto. Os estudos existentes na área sobre LGBT e trabalho são recentes, não sendo extensivos nacionalmente e não foram encontradas publicações envolvendo esses dois temas com *lócus* na população em situação de rua. “O que todas as pesquisas revelam é que não há um único perfil da população de rua, há perfis; não é um bloco homogêneo de pessoas, são populações” (Escorel, 2000, p. 155). Devido a essa característica intrínseca da população, este trabalho tem enfoque em parcela específica das pessoas em situação de rua: gays, lésbicas, bissexuais, transexuais ou travestis que se encontram ou se encontraram em situação de rua.

É sabido que o trabalho, definido como ocupação econômica remunerada em dinheiro, produtos ou mercadorias, ou somente benefícios, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, pelo IBGE (2016), tem possibilidades de mudança na condição de vida dos indivíduos, mas quando se trata da população em situação de rua, o trabalho pode ser ainda mais influenciador de melhoria, principalmente àqueles que se encontram em situação de rua por conta do desemprego e, conseqüente, impossibilidade de manutenção de suas necessidades básicas, como a moradia. A população LGBT, devido à não adequação de gênero com o sexo biológico ou à identidade sexual não heteronormativa, tem seus direitos humanos básicos agredidos, e muitas vezes se encontra em situação de vulnerabilidade” (CARDOSO; FERRO, 2012, p. 553). As pessoas LGBT em situação de rua estão duplamente marginalizadas do mercado de trabalho, pois ainda se encontram avulsos da sociedade em geral, com direitos negados, e discriminados por sua orientação sexual, gênero ou identidade sexual num corpo social tradicionalmente LGBTfóbico.

Sendo assim, se torna fundamental analisar de que forma o trabalho pode melhorar a condição de vida das pessoas LGBT em situação de rua, para que se entenda o trabalho pelo olhar dessa população.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Nesta seção do trabalho serão abordados os temas relevantes para o desenvolvimento da pesquisa. Primeiro serão abordadas as questões relacionadas às pessoas em situação de rua, seguida da população LGBT, no que tange sua relação com o trabalho.

2.1. Pessoas em situação de rua

O conceito de População em Situação de Rua sofreu, durante a história, diversas mudanças de perspectivas. Dentre elas, destaca-se aqui o conceito realizado pelo Ministério do Desenvolvimento Social, na apresentação da Pesquisa Nacional sobre a População de Rua, em 2009, que define como “grupo populacional heterogêneo constituído por pessoas que possuem em comum a garantia da sobrevivência por meio de atividades produtivas desenvolvidas nas ruas, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a não referência de moradia regular”. E o conceito de Mendonça (2006, p. 11) definindo-a como “A população composta por moradores de rua inclui qualquer pessoa que, sem moradia, pernoita nos logradouros da cidade, nos albergues ou qualquer outro lugar não destinado à habitação”. Se trata de uma população flutuante e, em sua maioria, nômade. Silva (2009) compreende que esta população é caracterizada por sua heterogeneidade, mas entende que conceitos são importantes para que se consiga pensar em políticas públicas que possam abarcar as necessidades desse grupo populacional.

Convém ressaltar que a utilização da expressão Pessoas em Situação de Rua é aqui utilizada em detrimento de outras terminologias, por ser, segundo Silva (2009), considerada

[...] a mais apropriada para designar uma situação ou condição social que não resulta apenas de fatores subjetivos vinculados à sociedade e à condição humana, como é comumente considerada, mas é uma situação ou condição social produzida pela sociedade capitalista, no processo de acumulação do capital (SILVA, 2009, p. 29).

“Este fenômeno [PSR] que se manifesta mundialmente só pode ser compreendido se relacionado às questões estruturais do sistema global do capital” (LOCH, 2014, p. 28). A ascensão do capitalismo e sua respectiva crise mundial, em meados de 1970, corroboraram para a superpopulação urbana, expansão do desemprego e elevação dos

níveis de pobreza no Brasil. Observando-se este mesmo período, houve um aumento exponencial da população em situação de rua nos grandes centros urbanos brasileiros. Adiciona-se a isso o movimento migratório campo-cidade quando as cidades ainda não tinham estrutura para receber toda a população que demandava de espaço urbano, nem de políticas sociais que atendessem esse segmento populacional. A estruturação econômica do país na época (década de 1980) também teve fortes influências. Fatores como o aumento da taxa de desemprego e subutilização da força de trabalho foram cruciais para a formação da até então população em situação de rua (COSTA, 2005).

Santana e Castelar (2014) chamam atenção para a forma como o poder institucional do capitalismo age na população em situação de rua:

O poder institucional mantido pelo capitalismo age diretamente na população em situação de rua, onde a vulnerabilidade, a falta de recursos físico e mental são alvos utilizados para aumentar as desigualdades e as injustiças sociais voltadas para estes indivíduos que convivem com a cegueira perversa de uma sociedade que insiste em privá-los dos acessos à produção e distribuição de bens e riquezas (SANTANA; CASTELAR, 2014, p. 361).

O avanço tecnológico e a globalização, ainda que necessários e importantes, têm gerado efeitos negativos. A desigualdade social, consequência da díspar distribuição de bens sociais, constituiu grande parcela das sociedades civilizadas, marginalizando pessoas por sua raça, condição financeira, sexualidade, gênero, status, entre outros. No Brasil, país em que não houve uma ativa constituição do estado de bem-estar social, as desigualdades se tornam ainda mais perceptíveis e claras. “O modelo econômico implantado no País produziu subjugados, pessoal e socialmente, com difícil perspectiva de transposição social” (COSTA, 2005; p.2). Pode-se entender que as pessoas em situação de rua fazem parte dos subjugados produzidos pelo modelo econômico brasileiro.

“O fenômeno população de rua, desde sua origem foi diagnosticado como vício e falta de caráter e tratado com repressão e violência pelo Estado” (PEREIRA, 2008, p. 41). Ainda que tenha se desenvolvido políticas públicas ou sociais, estas não foram efetivas para a população em situação de rua, muito porque essas políticas sempre foram desenvolvidas de forma a tratar os problemas como algo isolado, não os colocando como foco em políticas generalistas (COSTA, 2005; MATTOS, 2004). E percebe-se que essa

perspectiva de visão não mudou, tornou-se culturalmente aceita, provocando a marginalização. O processo de discriminação parte da sociedade que ainda vê a PSR como “vício, falta de caráter”, por exemplo, a questão é compartilhada pelo fator cultural.

No âmbito das políticas públicas, no Brasil, em 2004, com a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), os direitos da População de Rua à assistência social são, pelo menos teoricamente, assegurados, em consonância com a Constituição Cidadã. A Lei Orgânica de Assistência Social apresenta em seu artigo 23 esses direitos:

Na organização dos serviços da Assistência Social serão criados programas de amparo; II – às pessoas que vivem em situação de rua”. Estabelece a obrigatoriedade de criação de programas direcionados à população em situação de rua, no âmbito da organização dos serviços de assistência social, numa perspectiva de ação intersetorial (Redação dada pela Lei nº 11.258, de 2005) (BRASIL, 2008, p.§).

A resolução nº 109, do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), de 2009, preconiza o atendimento a esta população em serviços específicos da Assistência, tratados como de média complexidade (COSTA, MESQUITA e CAMPOS, 2015). Contudo, LOCH (2014) alerta para o fato de que os usuários da Política Nacional para População em Situação de Rua (PNPR) não participam de sua elaboração, tampouco da avaliação, não dando a esses usuários a possibilidade de protagonismo na construção de uma política pública direcionada a eles próprios.

Para Sotero (2011), a vulnerabilidade a qual a população em situação de rua se encontra tem suas raízes nas políticas assistenciais que objetivam suprir, de forma superficial, as necessidades desse público. Essas ações são direcionadas de forma excludente e contribuem para o imaginário de culpa desses indivíduos que muitas vezes se encontram em situação de extrema pobreza. A autora ainda afirma que as políticas criadas pelo Governo para a população em situação de rua atuam para uma eliminação em massa, uma limpeza das ruas. Prates et al. (2012) abordam características das políticas públicas para a PSR:

Quanto às políticas, evidenciam-se a falta de integração e as ações restritas a atenções superficiais, que não investem no fortalecimento e autonomização dos sujeitos, o que demanda o reconhecimento da complexidade da problemática, o planejamento integrado de ações e sua priorização enquanto intervenção realizada a partir de um conjunto articulado de políticas públicas de estado (p. 206).

Propor políticas públicas que atendam essa população requer um olhar atento às suas estratégias para sobrevivência, tendo em vista que essas pessoas sofrem todas as formas de violação de seus direitos humanos (BRASIL, 2008).

A Política Nacional para Inclusão da População em Situação de Rua, Decreto nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, traz como princípios: garantia da cidadania e direitos humanos, dignidade do ser humano, o direito ao usufruto e inserção na cidade, a não-discriminação e supressão de atos violentos e ações vexatórias. No tocante às diretrizes, a política define a estruturação de rede de proteção incluindo as políticas de saúde, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura, sistema de promoção e garantia de direitos. Posteriormente, as estratégias de ação foram divididas em grupos temáticos ou áreas: direitos humanos, trabalho, habitação, assistência social, educação, segurança alimentar, saúde, cultura e esporte.

Sobreleva-se, neste estudo, as estratégias da política na área do trabalho e emprego:

1. Inclusão da população em situação de rua como público-alvo prioritário na intermediação de emprego, na qualificação profissional e no estabelecimento de parcerias com a iniciativa privada e com o setor público para a criação de novos postos de trabalho; 2. Promoção de capacitação, qualificação e requalificação profissional da população em situação de rua; 3. Incentivo às formas cooperadas de trabalho no âmbito de grupos populacionais em situação de rua; 4. Ampliação da discussão sobre níveis de renda para a população em situação de rua; 5. Incentivo a ações que visem a inclusão produtiva e reserva de cotas de trabalho para população em situação de rua; 6. Promoção de oficinas sobre economia solidária, centradas no fomento e na capacitação, a partir de recortes regionais, com o apoio do Ministério do Trabalho e Emprego; 7. Ampliação das cartas de crédito e do crédito solidário para a população em situação de rua; 8. Garantia de acesso por parte da população em situação de rua a seus direitos trabalhistas e à aposentadoria (e a fonte? p. 16-22).

É necessária uma articulação entre Estado e sociedade “para a superação de estigmas e preconceitos junto ao imaginário social, a partir de socialização de pesquisas, realização de debates, uso educativo da mídia e formação de multiplicadores” (PRATES et al., 2012, p. 212).

O fato de que a percepção social a respeito das pessoas em situação de rua é, geralmente, de usuários de drogas que escolheram a situação em que se encontram e, principalmente, não trabalham porque não querem, aumenta a hostilidade em relação a elas, transformando-as em objeto de repúdio, desvalorização e estigma sociais. A sua

condição enquanto ser humano é muitas vezes negligenciada, seus direitos são negados e sua identidade não reconhecida. Tem-se assim, que “as representações sociais sobre as pessoas em situação de rua reforçam a construção de identidades articuladas com valores negativamente afirmados” (MATTOS et al., 2004, p. 48). Compreende-se aqui ‘representação social’ na definição como:

Uma forma de conhecimento, socialmente elaborada e partilhada com um objetivo prático, e que contribui para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. Igualmente designada como saber de senso comum ou ainda saber ingênuo, natural, esta forma de conhecimento é diferenciada, entre outras, do conhecimento científico (JODELET, 2001, p. 22).

Mattos et al. (2004) estudaram algumas dessas representações sociais das pessoas em situação de rua, que são vistas como “vagabundas”, como alguém que não quer trabalhar; “loucas”, em desajustamento social; “suja”, que devem ser higienizadas; “perigosas”, socialmente ameaçadoras e potenciais criminosas; e “coitadinhas”, dignas de piedade.

“Quando se fala em menino de rua, o senso comum logo reage com o retrato acabado de um ser em abandono, sem laços familiares, desamarrado para o que der e vier, armado com o seco temperamento dos desprovidos de afeto e com os instrumentos letais que o crime organizado coloca em suas mãos” (Silva e Milito, 1995, p.79).

Constitui-se, então, uma rede de artifícios que podem distanciar exponencialmente o indivíduo em situação de rua das possibilidades de ascensão social. “A rua emerge como uma paisagem complexa, cheia de contrastes e multideterminada por fatores micro, meso e macrosistêmicos” (SANTOS, 2006, p. 26). Mendonça (2006), destaca que a condição de vida dos moradores de rua dificulta a prospecção de futuro desta população, mas este trabalho tem por objetivo averiguar se o trabalho é um modo de alteração de condição de vida visto por ela.

Chamo atenção ainda para as escolhas de vida desses indivíduos, que muitas vezes preferem permanecer em situação de rua. Alguns estudos apontam que crianças e adolescentes, ao se afastarem de circunstâncias negativas que encontravam em casa, desenvolveram habilidades de reorganizar suas vidas, de forma produtiva e por conta própria (APTEKAR, 1989; KOLLER & HUTZ, 1996). Assim, é importante analisar os motivos pelos quais a pessoa se encontra em situação de rua, observando de que forma

esses motivos afetam sua permanência na rua. Para Espinheira (2004), existem inúmeras razões para a existência dos “sem-casa”. Entre elas, migração, violência doméstica (sexual e psicológica), perda de moradia, uso de drogas, desemprego, doenças mentais, conflitos familiares etc. Todas com um ponto em comum: situações geralmente correlacionadas ao empobrecimento (ESPINHEIRA, 2004; PEREIRA, 2014). “Embora a família manifeste o desejo de retirar um membro da rua, já não há mais compatibilidade entre as regras do mundo sedentário e as normas disfarçadas de “liberdade” que compõem o universo das ruas” (DA SILVA, 2013, p. 71).

Convém aqui estabelecer como termo de estudo a habitação dos indivíduos em situação de rua. Quando se pensa em morar, geralmente, a definição é ligada a uma casa. Porém, os “moradores” de rua não se encontram em um local de abrigo e proteção que pode ser definido como casa. Vivem em situação nômade ou encontram um lugar para deixar seus pertences e dormir (SANTOS, 2006). A cidade torna-se o espaço que eles não possuem. Mesmo assim, existe uma necessidade vital de se reconhecerem nas coisas, de estarem nas coisas, mesmo que esses espaços públicos sejam aparentemente anônimos (DOS SANTOS, 2012).

Assim, percebe-se a primordialidade de se entender e conhecer essa população em sua ampla pluralidade. No Brasil, o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou, em 2008, o I Censo e Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua, em 71 cidades brasileiras, sendo 23 capitais, excluindo as que já tinham realizado pesquisas semelhantes. Foram identificadas 31.922 pessoas maiores de 18 anos em situação de rua nas cidades pesquisadas. Esse número, somado aos resultados encontrados por capitais que realizaram pesquisas locais, totaliza 48.938 pessoas. Com predominância de homens (82%) e pessoas em idade economicamente ativas, os principais motivos da ida para a rua apontados pelos entrevistados são problemas de alcoolismo e/ou droga, desemprego e desavenças com o núcleo familiar. Há de se destacar, segundo a pesquisa, a opção pessoal pela rua como moradia. “Essa escolha muitas vezes está relacionada a uma noção (ainda que vaga) de liberdade proporcionada pela rua” (MDS, 2009, p. 29). Além de que foi constatado que cerca de 30% da população pesquisada se encontra na rua há mais de 5 anos, podendo ser considerada como uma situação “crônica”.

Enfatiza-se aqui os resultados do Censo a respeito do trabalho dessas pessoas. Foi observado que mais de 70% dessa população afirmou exercer alguma atividade remunerada, como catador de material reciclável, “flanelinha” e trabalho na construção civil, e 58% afirmaram ter alguma profissão. O que contraria a ideia popular de que a população em situação de rua é composta majoritariamente por mendigos e pedintes, apenas 15,7% declararam a mendicância como principal meio para sobrevivência. A obtenção de emprego formal esbarra na falta de documentação expressa nesta população. Cerca de 40% dos entrevistados não possuem sequer CPF e carteira de trabalho. “Esta inserção [no mercado de trabalho] é cada vez mais difícil, considerando-se as características do competitivo mercado laboral, fazendo com que este segmento não possua condições de se manter fora das ruas” (MDS, 2009). Uma pesquisa mais recente, realizada pelo Ipea com dados de 2015, projetou que o Brasil tem pouco mais de 100 mil pessoas vivendo nas ruas (NATALINO, 2016).

Diante de tudo isso, fica evidente a necessidade de nos distanciarmos dos nossos próprios pré-conceitos a respeito da população em situação de rua, enquanto indivíduos e grupo social, compreendendo o indivíduo em situação de rua por seu próprio modo de ver, viver e conviver (MENDONÇA, 2006).

2.2. LGBT e Trabalho (homofobia e organizações)

Experiências homoeróticas¹ foram registradas ao longo de toda história, desde a exaltação greco-romana de juventude, virilidade e beleza. Contudo, o termo homossexual só surgiu em voga a partir de 1869, na Alemanha. E com o surgimento posterior do termo heterossexual, em 1892, manifesta-se a dicotomia entre duas sexualidades: uma boa e normal (heterossexual) e outra ruim, anormal e pervertida (homossexual). “A heterossexualidade passou progressivamente a ser vista como uma sensualidade normal relativa ao sexo oposto, tornando-se uma premissa cultural dominante e consagrada” (NASCIMENTO, 2010, p. 228). Daí, então, surgem conceitos como a heteronormatividade (heterossexualidade compulsória - onde se presume que todas as pessoas são heterossexuais) e o heterocentrismo (a heterossexualidade como centro) que, segundo Foucault (2004), dão-se em meio e por meio de jogos de poder.

¹ O homoerotismo pode ser entendido como atração erótica entre indivíduos do mesmo sexo.

O termo homofobia foi utilizado pela primeira vez pelo psicólogo George Weinberg, em 1971, e segundo Borillo, pode ser definida como:

Uma hostilidade geral, psicológica e social contra aquelas e aqueles que, supostamente, sentem desejo ou têm práticas sexuais com indivíduos de seu próprio sexo. Forma específica de sexismo, a homofobia rejeita, igualmente, todos aqueles que não se conformam com o papel predeterminado para seu sexo biológico. Construção ideológica que consiste na promoção constante de uma forma de sexualidade (hetero) em detrimento de outra (homo), a homofobia organiza uma hierarquização das sexualidades e, dessa postura, extrai consequências políticas (BORILLO, 2010, p. 34, apud MASIERO, p. 33).

Mas é importante aqui pensar não somente em termos de orientação sexual e suas dicotomias, mas também quanto aos gêneros e suas profusões. Entender a sexualidade e os gêneros como construção social dependente da cultura, com suas linguagens e valores, na qual o indivíduo está inserido é ponto primordial para que se afaste do determinismo biológico, corrente de pensamento que supõe que nossas vidas são determinadas pelas características de nossos corpos, que não faz jus a este trabalho (LOURO, 2007). Ampliando a definição de Borillo supramencionada às pessoas incluídas na sigla LGBT, entende-se para este trabalho a LGBTfobia como uma hostilidade geral, psicológica e social a qualquer indivíduo LGBT, em função de sua sexualidade e/ou identidade de gênero.

Desta forma, pode-se elucidar o indivíduo LGBT como transgressor de normas sociais, onde este vivencia a contramão do “socialmente aceito”. Estes acabam se agrupando por meio de suas afinidades pessoais e de luta, seja ela política ou até mesmo por sobrevivência, como o advento da AIDS no Brasil, grande marco para o movimento LGBT brasileiro, em 1990.

A formação de um Estado essencialmente homofóbico é entendida a partir da Idade Média, onde o cristianismo e o capitalismo avançaram e a Igreja incumbiu-se de punir as pessoas acusadas de sodomia (termo utilizado para referenciar sexo praticado entre homens - sexo anal). Na contemporaneidade, dados coletados pelo Grupo Gay da Bahia apontam 260 assassinatos de gays, travestis e lésbicas no Brasil, apenas no ano de 2010, sendo o país com maior registro de assassinatos de homossexuais. O risco de um homossexual ser assassinado no Brasil é 785% maior que nos Estados Unidos, por exemplo (NASCIMENTO, 2010; MOTT et al., 2013).

O atual movimento mundial em prol dos direitos humanos LGBT teve seu início em 1969, com a “Rebelião de Stonewall”, em Nova Iorque, que deu origem às paradas gays, atualmente conhecidas como paradas do orgulho LGBT. Já no Brasil, o movimento começou cerca de 10 anos depois, com o surgimento de grupos que representavam essa população na luta pelos seus direitos. Porém, o país registrou vanguarda na despatologização da homossexualidade, pelo Conselho Federal de Medicina do Brasil, em 1985, enquanto a Organização Mundial da Saúde só registrou esse avanço em 1993 (REIS, 2012).

Institucional e legalmente, houve progressos em relação a proteção e garantia dos direitos dos LGBT's, como exemplos: em 2008, o SUS passou a realizar cirurgias de redesignação de sexo; em 2011, o Superior Tribunal Federal equiparou as relações entre pessoas do mesmo sexo à união estável; a Presidência da República, por meio do decreto nº 8.727, de 2016, permitiu que transexuais e travestis usassem seu nome social em todos os órgãos públicos, autarquias, e empresas estatais federais, tendo como parágrafo único: “É vedado o uso de expressões pejorativas e discriminatórias para referir-se a pessoas travestis ou transexuais.” O que se questiona aqui, é de que forma a suposta intenção do Estado de garantir esses direitos são vistos na prática, quando um indivíduo LGBT busca emprego.

No Brasil, o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT, com 180 ações baseadas na sistematização das 559 deliberações aprovadas na I Conferência Nacional LGBT e lançado em 14 de maio de 2009 (BRASIL, 2008b; BRASIL, 2009), tem entre seus princípios orientadores o “cumprimento das orientações do Repertório de Recomendações Práticas da OIT sobre HIV/Aids e não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero no mundo do trabalho”. O Programa Brasil Sem Homofobia, de 2004, também apresenta diretrizes e princípios para inclusão e promoção de profissionais gays, lésbicas e travestis:

“Garantir uma política de acesso e de promoção da não discriminação por orientação sexual por meio do desenvolvimento no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego de um programa de sensibilização de gestores públicos sobre a importância da qualificação profissional de gays, lésbicas e travestis, nos diversos ramos / ocupações do mundo do trabalho, contribuindo para a erradicação da discriminação a esses segmentos” (BRASIL, 2008, p. ???).

Apesar disso, são apenas recomendações, que não necessariamente são seguidas por empregadores e não transparecem confiança ao indivíduo LGBT. “A fim de que planos e programas se tornem instrumentos efetivos de promoção de cidadania e direitos humanos, é fundamental que se viabilize maior interlocução entre formuladoras/es e executoras/es de ações” (MELLO, AVELAR e MAROJA, 2012, p. 309). Como exemplo, cito o PLC 122/06 - alteração da Lei de Racismo, criminalizando a discriminação motivada unicamente na orientação sexual ou na identidade de gênero da pessoa discriminada - que foi definitivamente arquivado no Senado Federal em 2014, após 13 anos de tramitação pelos órgãos responsáveis.

É interessante pensar que, apesar de ser considerado como um país de leis rígidas contra a homofobia, o Brasil é líder no índice de homofobia no mercado de trabalho, segundo pesquisa publicada pelo site Plata o Pomo, em 2017. Esta pesquisa também obteve informações como: a homofobia custa cerca de US\$ 405 bilhões para a economia brasileira, em termos de produtividade, *turnover* e processos judiciais; a comunidade LGBT movimenta cerca de R\$ 150 bilhões por ano; 41% das pessoas LGBT afirmam ter sofrido discriminação por sua orientação sexual ou identidade de gênero no ambiente de trabalho; 90% de travestis que estão se prostituindo, estão nessa condição por não terem conseguido emprego (mesmo com bons currículos). Estes dados foram registrados pelas instituições *Out Now Global*² e Santo Caos³.

Tradicionalmente, os modelos de gestão de pessoas valorizam a uniformidade na cultura organizacional. Contudo, a sociedade torna-se cada vez mais heterogênea e diversa. Nesses modelos tradicionais, as diferenças dos trabalhadores eram ignoradas. Atualmente, percebe-se a clara necessidade de lidar com a complexidade da diversidade organizacional (PEREIRA; HANASHIRO, 2008). Para Fleury (2000), o termo diversidade está intrinsecamente ligado ao respeito à individualidade e o reconhecimento desta, não existindo um sem o outro.

Cada vez mais, a gestão da diversidade tem sido estimulada pelas empresas e os motivos vão desde a responsabilidade social até a tentativa de tornar o ambiente mais inovador, pela ‘soma’ de perfis, formações, orientações e históricos diferentes. Não que haja uma relação causal direta, mas, a princípio, a heterogeneidade humana tem mais chances de interpretar questões sob ângulos

² Site <http://outnow.LGBT/>

³ Site <http://www.santocaos.com.br/historia-santo-caos.html>

diferentes, apresentar referenciais inusitados, originar ideias criativas do que um ambiente homogêneo. Potencialmente, a empresa que valoriza a gestão da diversidade tem possibilidades de gerar melhores resultados (OLIVEIRA E RODRIGUEZ, 2004, p. 3837).

A eminente cultura diversificada de nossa sociedade se reflete nas organizações. Dentro de toda organização existem grupos, formais e informais, que precisam de diferentes atenções. Percebemos, então, que “as empresas assumem que seus empregados separam suas características e interesses pessoais dos profissionais, subjugando sua dimensão de indivíduo ao “bem comum” organizacional” (IRIGARAY, 2008, p. 6). Cox & Blake (1991) chamam atenção para a vantagem competitiva gerada pelos grupos diversos numa organização. Então, os empregadores modernos devem atentar-se para a necessidade de respeitar, entender, gerir e valorizar a diversidade que suas organizações possuem.

Sabe-se, no entanto, que o grupo LGBT configura-se de pessoas que são marginalizadas pela sociedade, e o ambiente de trabalho reproduz esta marginalização. As diferentes identidades sexuais sofreram durante os séculos, estigmatização de diferentes campos (religião, ciência, Estado) que fundamentam os preconceitos que envolvem a população LGBT em seus diferentes âmbitos sociais, incluindo o trabalho (SIQUEIRA; ZAULI-FELLOWS, 2006; LOPES, 2002).

Em decorrência disso, percebe-se a presença da LGBTfobia no ambiente de trabalho. O humor homofóbico, a tentativa de anulação da diversidade, a normatização social heterossexual e cisgênero, para o indivíduo LGBT, torna hostil o mercado e ambiente de trabalho (PASCHOAL, 2017). Tais ações podem resultar em baixa produtividade, absenteísmo, rotatividade, demissões por desgaste psicológico e até debilidade física (GARCIA & SOUZA, 2010). O estudo de Siqueira e Zauli-Fellows (2006) aponta que a internalização da homofobia por indivíduos gays e lésbicas que se percebem como incapazes de realizar determinadas atividades pode acarretar limitação em seu desenvolvimento profissional, se enxergando inferiores à indivíduos heterossexuais no mercado de trabalho.

É necessário fazer uma partição da sigla LGBT para entendermos melhor a relação dos indivíduos desse grupo com o mercado de trabalho. Para lésbicas, gays e bissexuais, as dificuldades circundam principalmente a manutenção do trabalho,

enquanto travestis e transexuais são muitas vezes impossibilitados (as) de acessar o mercado de trabalho formal. Como dito anteriormente, o indivíduo LGBT é visto como transgressor do que é imposto pela sociedade como moral e aceito. Para os (as) transexuais e travestis, esse quadro se agrava. Lésbicas, gays e bissexuais podem (e geralmente o fazem) esconder sua orientação sexual, o que não ocorre com a identidade de gênero de travestis e transexuais. Esses indivíduos passam muitas vezes por agressões físicas e verbais dentro de seus ambientes familiares, acadêmicos e laborais, esses últimos usualmente estruturados em sistemas machistas e com pouco espaço para mulheres. Essas mulheres transexuais, expulsas do seu meio familiar, escolar e do mercado de trabalho formal acabam sendo forçadas a sobreviverem na marginalidade, muitas vezes como profissionais do sexo (BENTO, 2008).

É importante elucidar que o trabalho pode ser entendido de diversas formas, de acordo com a subjetividade do indivíduo e seu contexto social. Ribeiro e Campos (2009) ressaltam que é no trabalho que o indivíduo passa boa parte do seu dia e para alguns o trabalho não é uma opção, mas sim necessidade, por questões econômicas. Existe, segundo Arendt (2008), importantes diferenças que devem ser citadas entre o labor e o trabalho. O primeiro pode ser entendido como “a atividade correspondente ao processo biológico do corpo humano” (PINTO, 2014; p. 1289), assegurando a sobrevivência do indivíduo e a vida da espécie. Já o segundo “permite a criação de objetos e a transformação da natureza, proporcionando a criação de um habitat distinto ao dos outros animais” (PINTO, 2014; p. 1289), conferindo a ele a habilidade e inventividade artesanal.

Lhuillier (2014) introduz a ideia do trabalho como uma atividade com uma finalidade contextualizada e transformada pelo seu autor e seu mundo.

Nesse caso, o trabalho sempre é orientado simultaneamente pela conduta do sujeito e seus próprios motivos, pelo segmento da realidade a ser transformada e pelas atividades e expectativas dos outros, sejam eles prescritores, coautores ou usuários – clientes do trabalho realizado (LHUILLIER, 2014, p. 11).

Então, pode-se perceber que o trabalho se torna “elemento central e singular na vida social, imbuído de valores, significados, conceitos e características que diferem de acordo com cada categoria profissional” (MURAD et. al, 2017, p. 126).

O primeiro passo para qualquer mudança é reconhecer que algo precisa ser mudado. Porém, Saji (2005) pontua que as empresas brasileiras são resistentes em reconhecer discriminações.

As organizações brasileiras ainda não entendem a discriminação como algo rotineiro na nossa sociedade e, em função das próprias características “continentais” da nossa cultura, se torna difícil reconhecer as diferenças como algo a ser trabalhado dentro das organizações, pois ela faz parte do nosso dia-a-dia (SAJI, 2005, p. 60).

Partindo do ponto de reconhecimento da necessidade de mudança, caminhamos para o entendimento do que precisa ser mudado. Só assim será possível mudanças efetivas, principalmente quando falamos do mercado de trabalho e as ações sociais e estratégicas de uma empresa.

Questões como o entendimento correto a respeito da identidade de gênero, a quebra de paradigmas corporativos a respeito da diversidade e políticas e práticas de Recursos Humanos inclusivas devem ser problematizadas para que possamos alcançar uma sociedade mais próxima possível do que é previsto por lei (LICCIARDI, WAITMANN e OLIVEIRA, 2015; p. 209).

Tem-se então que o arcabouço teórico da área sustenta a ideia da inclusão de indivíduos LGBT no mercado de trabalho como fonte de benefícios para a empresa, para o indivíduo e para a sociedade. O que nos cabe aqui é questionar se isso acontece e de que forma tem acontecido, por quem e para quem, sob o olhar daquele ou daquela que vivencia tais experiências.

3. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA

3.1. Descrição Geral da Pesquisa, procedimentos e instrumento de coleta de evidências empíricas

A presente pesquisa pode ser considerada como qualitativa. Tendo em vista o objetivo proposto, aqui utiliza-se a definição da abordagem qualitativa de Martins (2006, p. 1) que define como “Aquele que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise”.

Segundo Herda (2007), levando em conta o nível de profundidade do estudo e seus objetivos, pode-se classificar as pesquisas em três tipos: pesquisa descritiva, pesquisa exploratória e pesquisa explicativa. O autor ainda define a pesquisa descritiva como “aquela que analisa, observa, registra e correlaciona aspectos (variáveis) que envolvem fatos ou fenômenos, sem manipulá-los” (p. 86). Seguindo o propósito deste trabalho, a pesquisa descritiva realizada toma a característica de estudo de campo, que segundo Fonseca, é caracterizado

Pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, com o recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002, p. 32).

Os documentos bibliográficos utilizados foram artigos científicos, livros, dissertações, monografias, materiais publicados em páginas da internet, entre outros. A coleta desses documentos foi realizada principalmente via internet, através de mecanismos como *Google Acadêmico*, *SciELO*, *Periódicos da Capes* e *Biblioteca Digital de Monografias da Universidade de Brasília*.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas individuais em profundidade. A abordagem foi escolhida por ser entendida como “um relato retrospectivo da experiência pessoal de um indivíduo, oral ou escrito, relativo a fatos e acontecimentos que foram significativos e constitutivos de sua experiência vivida” (CHIZZOTTI, 2011, p. 101), indo ao encontro do objetivo deste estudo, que busca analisar a visão dos próprios entrevistados sobre o trabalho como fonte de inclusão social.

O instrumento utilizado para esta coleta foi um roteiro semiestruturado de entrevistas (Apêndice A). Escolha que se baseia na oportunidade de “obter do entrevistado o que ele considera os aspectos mais relevantes de determinado problema: as suas descrições de uma situação em estudo” e se caracteriza como uma entrevista guiada, onde “as perguntas dependem do entrevistador, e o entrevistado tem a liberdade de expressar-se como ele quiser, guiado pelo entrevistador” (RICHARDSON, 1999, p. 211).

Para elaboração deste roteiro, foram observados os conceitos-chaves encontrados durante a pesquisa bibliográfica. As perguntas têm a intenção de observar como o entrevistado ou a entrevistada enxerga sua relação com o trabalho e as possibilidades que esta pode oferecer. Todas com caráter não invasivo, abertas à discussão e práticas, com linguagem simples.

Quanto aos procedimentos de pesquisa, o presente estudo classifica-se como pesquisa com *survey*, a qual busca informações diretamente com o grupo de interesse a respeito dos dados que se deseja obter (SANTOS, 1999). Neste tipo de pesquisa, o respondente não é identificável, portanto o sigilo é garantido, o que se faz necessário neste estudo.

A análise dos dados coletados foi feita por meio de análise de conteúdo. Segundo Bardin (2009) “a análise de conteúdo, enquanto método, torna-se um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens” (BARDIN, 2009, apud FARAGO e FOFONCA, 2012, p. 2), a partir da organização da análise, codificação dos resultados, categorização e inferência.

A organização da análise se dá na organização dos documentos que de fato serão analisados, observando os princípios da exaustividade, homogeneidade, representatividade e pertinência. Nos quais nenhum elemento será deixado de lado, os documentos não apresentam muita singularidade e obedecem a critérios precisos de escolha, a amostragem é representativa em relação ao universo inicial e os documentos são adequados ao objetivo da análise, respectivamente (BARDIN, 2009).

A codificação dos resultados gira em torno da transcrição das entrevistas, que foram gravadas, gerando grupos agregados de informações que façam sentido para a

análise final. Esta codificação compreendeu três escolhas, neste estudo: o recorte (escolha dos trechos das entrevistas), a enumeração (escolha das regras de associação) e a classificação/agregação (escolha das categorias).

A categorização parte do princípio de dividir unidades em títulos genéricos definidos pelo pesquisador. Por se tratar de entrevista, a categorização utilizada foi a organização pela semântica, dividindo as categorias por temas. Estas categorias foram definidas de acordo com as entrevistas aplicadas e sua análise.

Foram feitas 5 entrevistas semiestruturadas entre os dias 02/03/2018 e 01/06/2018. Todas as entrevistas foram pré-agendadas e realizadas individualmente, sendo gravadas e transcritas. Todos os entrevistados e entrevistadas assinaram um termo de consentimento livre e esclarecido, por meio do qual autorizaram a utilização de suas verbalizações para os fins acadêmicos desta pesquisa (Apêndice B).

3.2. Sujeitos da Pesquisa

Para este estudo, foram selecionados indivíduos que se autodeclaram pertencentes à comunidade LGBT que estão ou já estiveram em situação de rua como participantes. Realizou-se a busca destes indivíduos por meio de contatos em movimentos sociais, como o Movimento LGBT de Ceilândia - DF, casas de acolhimentos a LGBT expulsos dos seus lares, e contatos de amigos do autor deste trabalho.

O limite estabelecido neste estudo foi de 10 entrevistas, sendo ainda observado o “ponto de saturação”, que pode ser definido como “a suspensão de inclusão de novos participantes quando os dados obtidos passam a apresentar, na avaliação do pesquisador, uma certa redundância ou repetição” (FONTANELLA, 2008, p. 17). Este ponto de saturação foi atingido com 5 entrevistas individuais, quando ficaram bem evidentes os temas recorrentes e se pôde definir as categorias de análise.

Assim, constituíram a amostra 5 entrevistados (as) LGBT, em atual ou passada situação de rua, com idades entre 26 e 34 anos, empregados e desempregados, conforme o quadro abaixo.

Quadro 1 - Participantes da pesquisa

	Identidade de Gênero	Idade	Orientação Sexual	Empregado (a)	Situação de rua
Entrevistada 1	Mulher Transexual	30	Heterossexual	Sim	Passada
Entrevistado 2	Homem	34	Homossexual	Sim	Passada
Entrevistado 3	Homem	26	Homossexual	Não	Atual
Entrevistada 4	Mulher	28	Homossexual	Não	Passada
Entrevistado 5	Homem	31	Homossexual	Não	Atual

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise das entrevistas, foram identificadas 3 categorias sob as quais são realizadas as discussões, sejam: (1) A ida para as ruas e a permanência nelas, onde são identificadas as motivações dos indivíduos ao tomarem a decisão de irem e permanecerem nas ruas e pretende-se estabelecer de que forma os indivíduos LGBT estão ou estiveram em situação de rua por consequência de sua orientação sexual ou identidade de gênero; (2) A relação com o mercado de trabalho, onde é observada de que forma o (a) entrevistado (a) se relaciona atualmente ou em situações passadas com o mercado de trabalho, além de suas formações e capacidades laborais; e (3) As possibilidades de mudança na condição de vida, em que se busca evidenciar de que forma os (as) entrevistados (as) enxergam o trabalho como fonte de mudança de vida.

4.1. A ida para as ruas e a permanência nelas

Para início de análise, é importante frisar que todos (as) entrevistados (as) declararam que não estão ou estiveram em situação de rua por vontade própria, sendo consequência de outro fator de sua vida. Assim, partimos da noção das motivações que levaram as pessoas entrevistadas para tal situação. É interessante perceber que das motivações anteriormente elucidadas, conforme aponta Espinheira (2004), como violência doméstica, sexual e psicológica e perda de moradia, foi identificada neste trabalho principalmente a violência psicológica. Entende-se ainda que a população LGBT, dentro da população em situação de rua, se difere em suas características específicas. Um indivíduo LGBT que não se encontra em situação de rua possui claramente contrastes sociais e econômicos daquele que está em situação de rua, assim como uma PSR heterossexual e cisgênero sofre diferentes tipos de preconceito que aquela pessoa LGBT e PSR.

Durante a análise das entrevistas, foram encontrados, ao todo, 3 motivações principais para ida para as ruas, citando: religião, rompimentos de laços familiares e orientação sexual. Sendo apenas uma delas ligada ao empobrecimento.

Fui expulsa de casa aos 13 anos, quando me assumi como homossexual, que era o que eu entendia ser na época. Fui morar com uma tia e passei a perceber que na verdade eu sou uma mulher transexual e acabei tendo que ir para a rua,

porque minha tia também não soube lidar com toda a questão de manter alguém em transição dentro de casa. (Entrevistada 1)

Meus pais estavam passando por sérias dificuldades quanto a dinheiro e eu achava que pesava demais para eles, então eu resolvi sair de casa e não consegui emprego, fui para a rua. (Entrevistado 2)

Minha família sempre foi muita cristã, cheia de preconceitos e todos cabeça fechada. Quando contei sobre meu namoro, disseram que não me reconheciam mais como filho e passaram a me ignorar e prender em casa. Não tive outra opção, a não ser a rua. (Entrevistado 3)

Quando contei para minha mãe que sou lésbica, ela começou a me prender em casa. Eu só podia sair para a escola e olhe lá. Depois de muitas brigas todo dia, eu preferi ir morar na rua do que aguentar aquilo lá. Na rua eu não tinha ninguém para ficar me botando banca, nem dizendo que não presto. Eu era dona de mim mesma. (Entrevistada 4)

Percebe-se, então, a necessidade de entender separadamente como cada fator foi contribuinte para a situação de rua dos (as) entrevistados (as).

4.1.1. A relação com a religião

Como visto na seção 2.1., a percepção social de pessoas em situação de rua, muitas vezes é associada a usuários de drogas, o que não foi encontrado nesta pesquisa, tendo em vista que nenhum (a) dos (as) entrevistados (as) citou alguma relação com drogas ilícitas durante as entrevistas. E como também citado anteriormente, apesar da estigmatização das pessoas LGBT pela religião, foi percebida a presença constante da relação de alguns (as) entrevistados (as) com entidades e crenças religiosas, principalmente do cristianismo. Entretanto, essa relação se mostrou conturbada e os estigmas de “pecado, inferno, condenação, julgamento” foram notadamente expostos por aqueles (as) que entraram no assunto.

Assim que cheguei em Brasília, ainda morando na rua, comecei a frequentar uma igreja ali no Conic e conheci um casal de lésbicas que me acolheram na casa delas e eu fiquei morando de favor lá por alguns meses. Mas aí eu saí da igreja porque ninguém parecia se importar de verdade e também fui me afastando delas. (Entrevistada 1)

É que sempre fui à igreja, desde pequeno. Meu pai adorava as missas de domingo e quase me obrigava a ir. Mas eu nunca me senti bem lá, parecia sempre que eu ia sair de lá e ir direto para o inferno porque tudo o que eu fazia e faço é pecado. (Entrevistado 3)

Eu já participei de várias religiões, mas nenhuma me conquistou não. Não parece que eles estão afim de dar amor, mas só de condenar. Outras são mais tranquilas, mas ainda assim me incomodam porque acho que criei um bloqueio a todas. Não sei explicar, só não me sinto bem sendo julgada. (Entrevistada 4).

A igreja para mim era uma espécie de válvula de escape, porque eu adorava ir para lá, ao invés de ficar em casa ouvindo as brigas dos meus pais. Mas aí as coisas vão acontecendo, a gente vai crescendo e tudo o que a gente quer é um lugar para ser aceito, não é? A igreja não é esse lugar para mim. Até um albergue foi mais isso. Eu acho mesmo é que a igreja só faz merda com a gente que é gay. (Entrevistado 5)

O imaginário de culpa, conforme explana Sotero (2011), pode aqui ser percebido através da religião, que gera entendimentos de não pertencimento a uma comunidade que anteriormente era acolhedora. Percebe-se ainda que as pessoas entrevistadas não se enxergam de acordo com o que um dia lhes foi imposto pela religião, se desligando desta. Mas ainda assim é notável que as ideias ouvidas nas instituições religiosas ainda afetam os indivíduos, sendo muitas vezes as precursoras da situação de rua destes.

Sabe-se que no Brasil a religião tem forte influência na formação da maioria das pessoas, por estar enraizada em toda a história. Assim, as instituições religiosas se caracterizam como um local de reconhecimento. Porém as regras impostas são excludentes, como colocou uma entrevistada, “eu me senti excluída da igreja quando percebi quem eu sou”.

A interpretação da população pesquisada como transgressores de normas sociais e bons costumes, apresentada por Costa, Mesquita e Campos (2015) também pôde ser expressa no que tange à religião.

Eu ainda nem sabia o que estava acontecendo comigo, mas já sabia que era errado. Sempre que eu tentava tocar nesse assunto com alguém da família ou da escola, me ignoravam ou mandava eu ficar quieta. Lá eu nem percebi, mas hoje eu vejo que pensei muito mal de mim mesma porque achava que eu estava no lugar errado, na família errada, na escola errada, tudo fora do lugar (Entrevistada 1).

É que eu não acho que foi a biologia que disse que ser homossexual está errado, entende? A religião é que veio com toda essa balela (...) e tudo isso tem muito reflexo na gente até hoje. Eu sou do sexo feminino e gosto de pessoas do mesmo sexo. Parece que a igreja nunca vai aceitar isso. (Entrevistada 4)

O pior é quando eu penso que não sei nem o porquê eu chorava a noite depois do culto. Eu só achava que achar os meninos bonitinhos era a pior coisa que eu podia fazer para os meus pais e para o pessoal da igreja que gostava de mim e eu gostava deles. Se bem que eu não sei se eles gostavam de verdade agora. (Entrevistado 5)

Foram ainda percebidas as formas como a orientação sexual e a identidade de gênero afetam e contribuem para a formação da população LGBT em situação de rua.

Neste estudo, as duas formas encontradas foram: a não aceitação pela família da pessoa LGBT e a decisão da própria pessoa LGBT em viver sua vida fora de seu contexto familiar.

Eu só tinha 13 anos e já pensava que era homossexual, e acho que todo mundo já sabia também, sempre fui muito afeminada. Então pensei que não seria uma grande surpresa para minha mãe, mas ela e meu pai não pensaram duas vezes antes de me mandar para fora de casa. Ainda bem que eu tinha minha tia, mas com 15 anos eu fui parar na rua. (Entrevistada 1)

Já aconteceu com você de não se sentir bem-vindo num ambiente? Eu me sentia assim dentro da minha própria casa. Tinha que ficar aguentando os olhares tortos da minha mãe quando eu mexia no computador. (...) tudo parecia incomodar. (...) eu sequer achava que eu podia comer um pão. (...) na real, eu ainda acho que o melhor que fiz foi sair daquele lugar onde eu parecia o próprio demônio atentando contra a vida deles. (...) eu acho que sou muito melhor agora que vivo a minha vida como quero. (Entrevistada 4)

Do nada tudo estava muito confuso para mim e eu não sabia como lidar com tudo isso numa adolescência difícil e queria um apoio. (...) a família foi completamente contra eu ser gay, como se eu pudesse mudar, sabe? Então eu não tive suporte algum, o que acabou sendo o motivo do meu pai ter me expulsado de casa. Minha mãe era contra isso, mas não fez nada porque tinha medo dele. (...) eu fico pensando se teria sido melhor esconder minha sexualidade até poder me sustentar, aí eu não estaria passando por tudo isso agora, tendo que viver em qualquer lugar, sem cuidado e sem ninguém. (Entrevistado 5)

Verifica-se nessas verbalizações que o fato de ser homossexual ou transexual influenciou a ida desses indivíduos para as ruas. Reconhecendo o caráter homofóbico do Estado brasileiro, como pontua Nascimento (2010), e que este Estado foi construído culturalmente em cima de princípios cristãos, pode-se aqui associar as duas motivações anteriores a esta, onde percebemos que os laços familiares são rompidos muitas vezes por questões religiosas, que naturalmente fundamentam a homofobia e o preconceito em geral contra a população LGBT.

Os (as) entrevistados (as) explanaram veementemente que, direta o indiretamente, a religião foi fator circunstancial para que eles não se sentissem dignos do que tinham e também para seu distanciamento da família. O que trataremos na seção seguinte.

4.1.2. Rompimento de laços familiares

Conforme apontam Silva e Milito (1995), quando se trata de pessoas em situação de rua, o senso comum é de um ser sem laços familiares. Neste trabalho foi possível

identificar que os laços familiares de fato são rompidos anteriormente a situação de rua dos (as) entrevistados (as), sendo um dos fatores que mais levam as pessoas às ruas.

O meu pai disse com todas as palavras que não ia sustentar um “viado” dentro da casa dele, eu tinha só 16 anos e nem podia trabalhar. (...) ele me mandou procurar qualquer trabalho para ajudar dentro de casa, porque se não ia me pôr para fora. (...) antes dele saber que sou gay, sempre disse que filho dele ia só estudar enquanto quisesse, que ele ia sustentar a gente até a gente ser doutor. (...) minha irmã até hoje mora com ele, mas eu não pude. Ser gay para ele é muito pior do que ser um bandido. (Entrevistado 5)

Meu pai morreu quando eu era novinha ainda e minha mãe sempre foi muito boa para mim. (...) mas a gente não se entendia mais e nada do que eu fazia era bom para ela. Sempre achava uma maneira de me criticar em tudo. Faz anos que não falo com ela. (Entrevistada 4)

Quando eu saí de casa, meu pai sempre falou que eu ia ser uma bandida, uma prostituta. Porque essa é a visão que eles têm de uma travesti. (Entrevistada 1)

Percebe-se que nenhum (a) dos (as) entrevistados (as) que estão atualmente em situação de rua mantém contato com seu núcleo familiar, as vezes mantendo uma certa proximidade de alguns familiares mais distantes, como primos e tias. Quem não se encontra mais nas ruas, estes conseguiram retomar ao mínimo o contato com seus pais e irmãos, muitas vezes através da comprovação de seu atual trabalho.

E hoje eu tenho a possibilidade de mostrar que não é só aquilo. Que tem pessoas qualificadas, pessoas prontas. (...) faziam quase 14 anos que eu não falava com a minha mãe e agora eu estou voltando aos poucos a falar com eles lá. (Entrevistada 1)

Eu não sei direito como aconteceu, mas de repente eu estava ao telefone com meu primo e ele passou para minha mãe, que não falava comigo há anos. Achei estranho no começo, achei até que era alguma brincadeira, depois desabei no choro, (...), devagarinho a gente vai se ajeitar, eu acho. Meu pai é mais difícil, mas quem sabe, né? (Entrevistado 2)

Às vezes eu fico pensando se seria melhor ter contato com a minha família, saca? Eu não acho que gostaria de que eles de fato soubessem como eu estou. Eu tenho muito orgulho de quem eu sou, mas essa situação de morar na rua não é orgulhosa para ninguém, rapaz. Talvez seja melhor que eles fiquem para lá mesmo. Assim eu passo menos vergonha. (Entrevistado 5)

Nota-se aqui que a pessoa LGBT em situação de rua passa por um processo de desligamento do seu núcleo familiar e muitas vezes passa por um novo processo para ser integrado novamente em sua família. A ideia de que a família manifesta o desejo de retirar um membro da rua, expressa por Silva (2013), não foi observada neste estudo. A

volta deste membro para sua família só ocorreu quando de fato ele não se encontrava mais em situação de rua. Muitas vezes porque o próprio membro não deseja se reintegrar à família.

4.2. A relação direta com o mercado de trabalho

Nesta seção busca-se identificar se o (a) entrevistado (a) mantém ou manteve alguma relação com o mercado de trabalho formal e informal (durante a situação de rua?) e como se dá essa relação. Através disso, pode-se perceber a relação entre a situação econômica do indivíduo e sua orientação sexual ou identidade de gênero e condição social enquanto PSR, entendida pelos próprios.

É importante aqui resgatar a partição da sigla LGBT feita na seção 2.2. e entender que a relação da entrevistada transexual (Entrevistada 1) com o mercado de trabalho se mostrou diferente dos (as) entrevistados (as) homossexuais. Enquanto estes tiveram trabalho formal mesmo em situação de rua, ela se viu forçada a sobreviver como profissional do sexo, assim como Bento (2008) expôs.

Trabalhei 12 anos com o circo, mas nesses doze anos eu saía e voltava. Quando não tinha contrato circense, eu saía do circo e procurava onde ficar. Tive que ficar em albergue, porque eu não tinha onde ficar, não tinha apoio de ninguém. E especificamente na rua, a única coisa foi que eu fiquei 3 meses na rua, em relação a prostituição. Que foi o meio de vida que eu tive naquele tempo, naquela trajetória. Por 3 meses eu vivi nessa situação bem vulnerável, em que eu tive que me prostituir para me sustentar. (Entrevistada 1)

Assim que eu fui para a rua, eu comecei a trabalhar como catador de material reciclável, de onde eu tirei meu sustento por um bom tempo. Depois eu também comecei a ajudar num lar de idosos, como voluntário. Depois de um tempo eles começaram a me dar alguma ajuda financeira. Ajudou demais. Aí eu consegui alugar um barraco para mim (...). Eu nunca fui de ser preguiçoso, sempre quis trabalhar. Mesmo que eu não quisesse, eu ia ter que trabalhar o dobro. Já vi gente morrer para ganhar alguns centavos. (Entrevistado 2)

Cara, eu não consigo arrumar emprego em lugar nenhum. Eu fui catador de lixo por um tempo, mas eu me matava de trabalhar e mal conseguia um prato de comida. Agora eu tento, tento, tento e não consigo nada. Pode acreditar! (Entrevistado 3)

Eu só saí da rua depois que eu consegui um trabalho de verdade, sabe? Conheci uma pessoa que me deu a oportunidade de trabalhar na loja dela de serviços gerais e eu fui na maior felicidade do mundo. Limpava o chão lá e voltava para o meu chão não tão limpo assim. Mas eu era acostumada a ter pouco, então guardei um dinheirinho e consegui alugar um lugar para mim. (...) hoje eu não trabalho porque a loja fechou e está muito complicado de conseguir um outro

trabalho, tenho pouca experiência e o povo quer demais. Mas eu não vou voltar para a rua. (Entrevistada 4)

Eu acho que a atual situação do país não vai deixar nem quem tem casa ter emprego, imagina eu? Desde que cheguei na rua, só tive ajuda de quem tem piedade de mim (...). Um emprego para eu me sustentar eu não consigo porque acham que vou roubar o lugar. (Entrevistado 5)

Percebe-se nessas verbalizações que efetivamente a situação de rua do indivíduo afeta diretamente em sua inserção no mercado de trabalho. Mas também pode-se aqui evidenciar que os (as) entrevistados (as) percebem que a sua orientação sexual e/ou identidade de gênero é fator limitante para essa inserção, tendo o ambiente de trabalho como heteronormativo e reprodutor da homofobia social, se tornando um ambiente hostil à população LGBT, conforme alega Paschoal (2017).

(...) então eu tive que ir para a rua, como muitas fazem isso. E aí o modo de muitas é a prostituição. 90% das mulheres trans e travestis hoje estão na prostituição porque não conseguem emprego formal, pelo preconceito. (...) já trabalhei em empregos formais. Já trabalhei como operadora de telemarketing, recepcionista de Hotel 5 estrelas, mas tudo através de quem indicava, fazendo amizade com alguém. Eu cheguei em Brasília e nenhuma porta se abriu para mim no mercado formal. Nenhuma empresa. Fiz entrevistas, levei currículo e na hora que eu falava que sou uma mulher trans, não me chamavam para a segunda etapa. (...) elas [as travestis] não estão no mercado de trabalho por sua sexualidade, por sua identidade de gênero. Quem está no mercado de trabalho muitas vezes não fala sua identidade para que o mercado aceite. (Entrevistada 1)

Eu só consegui emprego quando parei de ser tão espreitado quando conhecia as pessoas. Então eles não sacavam de primeira, e depois que eu já estava trabalhando era mais fácil manter o emprego. (...) é sempre mais fácil ficar do que conseguir entrar. (Entrevistado 2)

Eu acho que qualquer pessoa que olhar para minha cara vai saber que sou gay na mesma hora. Então isso complica bastante, sabe? Além de morador de rua, é viado? Ninguém contrata. Eu posso vestir a melhor roupa que eu tenho, que ganhei esses dias, mas ainda assim se perguntarem da minha vida e eu contar que sou gay, vão chamar o próximo. Sempre foi assim. (Entrevistado 3)

Meus amigos sempre me disseram para não falar que sou gay quando tentasse achar qualquer emprego, mas eu não quero estar num lugar que não aceita os gays. Eu estou na rua, mas mesmo assim tenho meu orgulho. Tenho certeza que muita gente me acha idiota por isso, mas o trabalho não é para dignificar o homem? Então eu vou esperar isso acontecer (...). (Entrevistado 5)

Percebe-se a relação estreita e direta do “fator LGBT” e a relação deste indivíduo com o mercado de trabalho, principalmente formal. O mercado informal é naturalmente mais aberto a essas pessoas, que recorrentemente se utilizam desse meio de vida para

se sustentar. De acordo com Murad et. al (2017), o trabalho pode ainda ser entendido como elemento central na vida social, e isso ficou claro em alguns trechos das entrevistas em que o mercado formal de trabalho é mais valorizado pelos (as) entrevistados (as), muitas vezes o definindo como “trabalho de verdade”.

A partir do momento que você tem um trabalho formal, que você apresenta “eu trabalho em tal empresa”, você é respeitado. A pessoa pensa “ela não é vagabunda”, “ela não é prostituta”. A partir do momento que você tem essa oportunidade, a sociedade te vê de outra forma. Te encara como uma pessoa normal. Quando digo que trabalho num escritório grande no Lago Sul, tudo isso engloba para me respeitar. Falam assim “pô, então ela não é qualquer pessoa”. Diferente de uma transexual que falar que é uma prostituta. Talvez ela não entre nos lugares onde eu entro por causa disso. O mercado de trabalho formal transforma vidas. (Entrevistada 1)

Se um dia eu voltasse a ter contato com a minha família, eu queria ter dinheiro e um emprego formal para mostrar para eles que eu não sou um caso perdido. (...) um gay que viveu na rua por anos e venceu na vida. Mas para isso eu preciso de um emprego de verdade, com carteira assinada e tudo. É até um sonho. Se eu chego lá falando que vendo bala no sinal eu não vou receber o mesmo respeito que chegar falando que sou operador de caixa ou qualquer coisa assim que seja de verdade. (Entrevistado 5)

Eu sinceramente acho que quando eu conseguir um emprego de verdade, eu saio da rua. Sem isso eu não consigo não. (...) eu acho que eu seria um bom cobrador de ônibus, se eles assinarem minha carteira. (Entrevistado 3)

É importante ressaltar aqui a ideia de trabalho como fonte de respeito. Para os (as) entrevistados (as), parece uma necessidade. Para ser respeitado, é necessário que você esteja no mercado de trabalho formal. Como coloca a Entrevistada 4, “eu só consegui respeito das pessoas à minha volta quando pude dizer que estava trabalhando em tal loja”. O que nos leva à próxima seção.

4.3. O trabalho como fonte de mudança de vida

Aqui busco evidenciar as mudanças de condição de vida dos (as) entrevistados (as) que estão ativos no mercado de trabalho e de que forma aqueles que não estão ativos nesse mercado enxergam que o emprego poderia mudar suas vidas em âmbitos social e econômico.

O mercado de trabalho abriu as portas para eu conhecer outras pessoas. Sair daquela vida, daquela rotina. Quando uma pessoa está na rua, ela só vive aquela vida. De casa para a rua, da rua para casa. Vai para a rua, trabalha a noite inteira e durante o dia ela vai descansar para a noite. Então ela não tem uma vida social. E partir do momento que você entra no mercado de trabalho, você tem uma rotina, você tem uma vida e você tem conhecimento com outras pessoas. Hoje

eu sou uma pessoa conhecida. Eu tenho respeito. Se eu não tivesse essas oportunidades, eu ainda estaria numa situação vulnerável, em uma situação de rua. (...) hoje eu trabalho num escritório no Lago Sul, juntamente com a (advogada), faço assessoramento dela na Câmara Legislativa e hoje eu sou a vice-presidente da Casa Rosa [casa de acolhimento a LGBT em situação de rua]. De apoiadora, hoje eu sou a vice-presidente e eu sou a primeira mulher trans à frente de uma Parada Gay (...). Então o trabalho não é só ter dinheiro. É ter uma qualidade de vida. (Entrevistada 1)

Tudo o que eu tenho hoje foi graças ao meu trabalho. Simples, ganhava pouco, mas foi o que me ajudou a ter meu teto e meus móveis. Nada disso eu ganhei de mão beijada, tudo conquistei com meu suor. Infelizmente dinheiro é necessário para tudo, mas o meu trabalho era muito mais que isso. (Entrevistada 4)

Eu tenho certeza que a maioria dos meus irmãos de rua só precisam de uma oportunidade, cara. A maioria está lá porque ninguém quer dar emprego para eles, inclusive eu. Me dá um chão para eu limpar e eu junto meu dinheiro para parar de dormir cada dia num canto. Não quero ser rico não, só quero ter meu lugarzinho de dormir tranquilo, quentinho. (Entrevistado 3)

Ninguém quer viver sem dinheiro. E para ter dinheiro eu preciso trabalhar. Mas a questão não é o dinheiro, é o que ele compra, sabe? Comida, teto, roupa, tudo tem que ter dinheiro. Eu não sei se o governo tem que me ajudar, mas eu estou tentando me virar sozinho já faz tanto tempo que estou começando a apelar até para o presidente. (...) um emprego e tudo isso vai mudar. Vocês vão ver! (Entrevistado 5)

Retomando o conceito de trabalho apresentado por Lhuillier (2014) como uma atividade transformada pelo seu autor e seu mundo, é notável que, para os (as) entrevistados (as), o trabalho é significativo para sua subsistência e adequação social, não para acumular riquezas. Se trata de uma atividade com finalidade nos direitos desses indivíduos, como habitação e segurança. Ou seja, o trabalho como forma de seguridade desses direitos.

Ainda sob luz deste conceito, e trazendo à tona dois trechos da verbalização da Entrevistada 1, também pode-se perceber o trabalho como fonte de qualidade de vida e inserção social: “Hoje eu sou uma pessoa conhecida. Eu tenho respeito”. “O trabalho não é só ter dinheiro. É ter uma qualidade de vida”.

Pode-se perceber então, que o trabalho, principalmente no mercado formal, é enxergado por esses indivíduos como agente de mudança em sua condição de vida enquanto pessoa em situação de rua e LGBT. De forma com que a primeira é tornada passado e a segunda é reconhecida como cidadão possuinte de direitos, ainda que não haja uma clara separação entre as duas situações, tendo em vista que a situação de rua parece ter influências duradouras sobre a vida do indivíduo, como verbalizou a

Entrevistada 1: “Mesmo sendo conhecida, ainda me olham torto quando digo que já morei na rua”.

Assim, o trabalho influencia em todas as esferas da vida destas pessoas, como ponto central em uma sociedade capitalista, em que o trabalho é enxergado e colocado como fator necessário para a sobrevivência humana. Por conseguinte, a vida social e financeira, principalmente, dependem de forma substancial da vida laboral. Sendo coerente concluir que o trabalho é aspecto necessário para que indivíduos em situação de rua que desejam sair dela, possam efetivar essa mudança. Contrariamente a isso, tem-se que a orientação sexual e identidade de gênero desses indivíduos, se LGBT, dificulta que consigam um lugar no mercado de trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As populações em situação de rua e LGBT têm sido estudadas atualmente por diversos campos da ciência, mas fica clara a ausência de estudos quando se trata da junção dessas duas populações. Os indivíduos pertencentes a estas populações são duplamente estigmatizados pela sociedade em geral. São pessoas que sofrem preconceito dentro de seus núcleos familiares, sendo expulsas deste meio e se tornando pessoas em situação de rua por sua orientação sexual ou identidade de gênero, o que é influenciado diretamente pela religião, pelo preconceito e violências psicológicas sofridas em ambiente familiar. O senso comum da PSR como pessoas que sobrevivem da prostituição, consumo de drogas e mendicância não pôde ser efetivamente comprovado com este estudo, pois apenas uma das entrevistas apresentou relação com a prostituição enquanto meio de sobrevivência (segundo o depoimento essa prostituição foi temporária).

Das representações sociais apresentadas neste trabalho, como “louca”, “suja”, “perigosa” e “coitadinha”, apenas a representação como perigosa foi percebida em um entrevistado. A ideia do sujeito em situação de rua como alguém desligado de sua família foi confirmada pelos (as) entrevistados (as), mas sua representação social enquanto pessoas “vagabundas”, que não querem trabalhar, não foi efetivamente percebida nas entrevistas. Pelo contrário, essas pessoas necessitam de oportunidade no mercado de trabalho para que saiam dessa situação de vulnerabilidade social e econômica.

Todos (as) entrevistados (as) afirmaram que o trabalho é um fator essencial para transformação de sua condição de vida e inclusão social, que vai além da interligação direta com a condição financeira e remuneratória. Principalmente se tratando do mercado formal de trabalho, seja para conseguir onde morar ou adquirir respeito de sua família e da sociedade que o circunda, o trabalho tem efeitos positivos sobre o indivíduo LGBT em situação de rua. Porém, o mercado de trabalho não se encontra aberto e apto para receber essa população. Não foi percebida neste trabalho nenhuma ação empresarial percebida pela população LGBT em situação de rua para inclusão destas pessoas no mercado de trabalho. É necessário que as organizações em geral percebam seu papel social e passem a imprimi-lo de fato sobre quem precisa e espera. O mercado de trabalho informal foi percebido como um mercado mais aberto a esta população, enquanto

potenciais trabalhadores. Na rua encontram-se pessoas capacitadas e disponíveis para trabalhar, mas estas não encontram vagas que lhes sejam acolhedoras e respeitosas quanto às suas peculiaridades de identidade e sexualidade.

Esses efeitos positivos não são apenas momentâneos, enquanto o indivíduo se encontra empregado, mas tem repercussão duradoura, fazendo com que este indivíduo que um dia exerceu atividade remunerada e saiu da rua queira permanecer na situação de cidadão pleno em seus direitos de moradia, segurança e igualdade. Então, vale afirmar ainda que o trabalho, para a população pesquisada, se torna agente necessário de mudança na condição de vida e inclusão social destas pessoas.

De modo geral, pode-se concluir que a relação entre ser LGBT e ser população de rua é, muitas vezes, de causa e efeito, respectivamente. Ainda que influenciado por outras questões, percebe-se a orientação sexual e a identidade de gênero como motivo principal para a situação de rua dessas pessoas. Além do mais, ser LGBT também é fator complicador para quem se encontra em situação de rua, aumentando possibilidade de violências e diminuindo possibilidades de ascensão social por meio do trabalho, tendo em vista que a LGBTfobia se faz presente em todos os âmbitos da sociedade.

Assim, as empresas e organizações que se preocupam com a gestão da diversidade organizacional precisam ainda se atentar para as diferenças sexuais e de gênero dentro da própria comunidade LGBT e suas necessidades. A utilização de banheiros femininos por travestis, possibilidade de inclusão de parceiro homoafetivo no plano de saúde, manutenção do clima organizacional acolhedor e compreensivo, inclusão de pessoas travestis e transexuais no quadro de pessoal da organização (até mesmo como porcentagem obrigatória), são algumas das ações possíveis e auxiliadoras para gestão da diversidade sexual.

Pode-se entender esta pesquisa como contribuinte para questões de ordens teórica e prática. Teórica porque elucidou-se a história de dois movimentos sociais presentes e recorrentemente trazidos à tona pela mídia, de forma a entender as populações de rua e LGBT em suas particularidades e similaridades. E prática porque trouxe vivências de rua descritas pelas próprias pessoas LGBT e sua relação com o trabalho em suas diversas formas.

Os resultados desta pesquisa podem contribuir para formulação de políticas públicas e gerenciais que possam suprir ou minimizar as exclusões sociais e auxiliar na inserção dessas pessoas no mercado de trabalho, além de chamar atenção para a necessidade de mais estudos nesse campo.

Em termos de limitações, destaca-se a escassez de produções científicas na área de administração que tratem da população LGBT em situação de rua com especificidade. Entendo que, quando se fala do tema “trabalho”, essa população é ignorada pela academia. Revelou-se também a dificuldade de acesso à essa população, por fatores como o nomadismo e a sensibilidade do assunto.

Encontram-se aqui recomendações a três esferas de produção: academia, Estado e organizações. Para que a academia produza mais estudos sobre esta população, não só no âmbito do trabalho. Para que o Estado entenda e perceba que a população em situação de rua precisa de atenções especiais e específicas em suas políticas e para que as organizações se atentem para o fato de estarem perdendo mão-de-obra qualificada e/ou com potencial, além de não estarem exercendo papel social à esta população.

Recomenda-se ainda estudos que especifiquem a população de transexuais e travestis em situação de rua, por serem pessoas que possuem singularidades e são especialmente vulneráveis.

REFERÊNCIAS

ARENDT, H. A condição humana. 10ª. ed. São Paulo: Forense Universitária, 2008.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. Lisboa, Portugal; Edições 70, LDA, 2009.

BENTO, B. O que é transexualidade. São Paulo: Brasiliense, 2008.

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual*. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Rua: aprendendo a contar: Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua. -- Brasília, DF; MDS; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação, Secretaria Nacional de Assistência Social, 2009. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf> Acesso em: 02 de nov. 2017.

BRASIL. Política nacional para Inclusão Social da População em situação de rua. Brasília: MDS, 2008. Disponível em:<http://www.mpsp.mp.br/portal/page/portal/cao_civel/acoes_afirmativas/Pol.Nacional-Morad.Rua.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2017.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Pesquisa Nacional da População em situação de Rua. 2008. Disponível em:<http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017.

BRASIL. Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores 2015 / IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento. - Rio de Janeiro: IBGE, 2016. 108p.

CARDOSO, M. R., & FERRO, L. F. (2012). Saúde e População LGBT: demandas e especificidades em questão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 32(3), 552-563.

CHIZZOTTI, Antonio. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 4 ed. São Paulo: Vozes, 2011.

COSTA APM. População em situação de rua: contextualização e caracterização. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre, 2005; 4(1):1-15.

COSTA, L. E. da; MESQUITA, V. M. de; CAMPOS, A. P. Moradores de rua, quem são eles? Um estudo sobre a população de rua atendida pela Casa da Sopa “Capitão

Vendramini” de Três Corações. Revista da Universidade Vale do Rio Verde, Três Corações, v. 13, n. 2, p. 285-297, 2015. Disponível em: <http://periodicos.unincor.br/index.php/revistaunincor/article/view/2281>>. Acesso em: 13 out. 2017.

COX, T., Jr., & BLAKE, S. (1991). Managing cultural diversity: implications for organizational competitiveness. *Academy of Management Executive*, 5(3), 45-56.

DA SILVA, Tiago Lemões. Casa, rua e a fluidez de suas fronteiras: diálogos etnográficos e reflexivos sobre o fenômeno “população em situação de rua”. Cadernos do LEPAARQ, v. 9, n. 17/18, 2013.

DOS REIS, Mariana Sato; RIZZOTTI, Maria Luiza Amaral. População de Rua, Território e gestão de políticas sociais: para além de um retrato social. Serviço Social em Revista, v. 16, n. 1, p. 43-65, 2013.

ESCOREL, Sarah. Vivendo de teimoso: moradores de rua da cidade do Rio de Janeiro. In: BURSZTYN, Marcel (org.). No meio da rua: nômades, excluídos e viradores. Brasília: Garamond, 2000.p.139-171.

ESPINHEIRA, G. (2004). No olho da rua. Salvador: EDUFBA.

FARAGO, Catia Cilene; FOFONCA, Eduardo. A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. Revista Linguagem, v. 18, 2012.

FLEURY, M. T. L. Gerenciando a Diversidade Cultural: Experiência de Empresas Brasileiras. RAE-revista de administração de empresas, v. 40, n3, p. 18-25, 2000.

FONSECA, J. J. S. Metodologia da pesquisa científica. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONTANELLA, Bruno José Barcellos et al. Amostragem por saturação em pesquisas qualitativas em saúde: contribuições teóricas. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24(1):17-27, jan, 2008

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. (Ética, sexualidade, política; v. 5).

GARCIA, A., & SOUZA, E. M. d. (2010). Sexualidade e trabalho: estudo sobre a discriminação de homossexuais masculinos no setor bancário. Revista de Administração Pública, 44, 1353-1377.

GÓIS, J. B. H. Desencontros: as relações entre os estudos sobre a homossexualidade e os estudos de gênero no Brasil. *Rev. Estud. Fem.*, vol. 11, n. 1, p. 289-297, 2003.

HEERDT, Mauri Luiz Metodologia científica e da pesquisa: livro didático / Mauri Luiz Heerdt, Vilson Leonel; design instrucional Luciano Gamez, [Carmen Maria Cipriani Pandini]. – 5. ed. rev. e atual. – Palhoça: UnisulVirtual, 2007. 266 p.: il.; 28 cm.

IRIGARAY, H. A. R. (2008). Discriminação por orientação sexual no ambiente de trabalho: uma questão de classe social? Uma análise sob a ótica da pós-modernidade crítica e da queer theory. *Anais do Encontro de Administração Pública e Governança*, Salvador, BA, Brasil, 3.

JODELET, D. As representações sociais. Rio de Janeiro: Ed. UERJ, 2001.

LICCIARDI, Norma; WAITMANN, Gabriel; OLIVEIRA, Mateus Henrique Marques de. A discriminação de mulheres travestis e transexuais no mercado de trabalho. *Revista Científica Hermes* [en linea], p. 201-218, jul./dez. 2015. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/html/4776/477647161011/>>. Acesso em: 04 abr. 2018.

LOCH, Thaís Virgínia Rigo. Política Nacional para População em Situação de Rua e Serviços Socioassistenciais em Florianópolis: Uma avaliação a partir da percepção dos usuários. 2015. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/133025/TCC%20THA%C3%8DS%20VR%20LOCH.pdf?sequence=1&isAllowed=y>>. Acesso em: 02 de nov. 2017.

LOPES, Denilson. (2002). *O homem que amava rapazes e outros ensaios*. Rio de Janeiro: Aeroplano.

LOURO, G. L. (2007). Gênero, sexualidade e educação: das afinidades políticas às tensões teórico-metodológicas. *Educação em Revista*, 46, 201-218.

LHUILIER, Dominique. Introdução à psicossociologia do trabalho. **Cadernos de psicologia social do trabalho**, v. 17, n. SPE, p. 5-20, 2014.

MASIERO, Clara Moura. Movimento LGBT e a Homofobia: novas perspectivas de políticas sociais e criminais. Porto Alegre: Criação Humana, 2014.

MATTOS RM, Ferreira RF. Quem vocês pensam que (elas) são? Representações sobre as pessoas em situação de rua. *Psicologia & Sociedade*; 16 (2): 47-58; maio/ago.2004.

MELLO, Luiz; AVELAR, Rezende Bruno de; MAROJA, Daniela. Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil. Soc. estado, Brasília, v. 27, n. 2, p. 289-312, ago. 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69922012000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 nov. 2017.

MENDONÇA, G. C. (2006). Os sentidos subjetivos moradores de rua frente ao futuro. Dissertação de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Campinas.

MOTT, Luiz; ALMEIDA, Claudio; CERQUEIRA, Marcelo. Epidemia do ódio 260 homossexuais foram assassinados no Brasil em 2010. Acesso em: 01 nov. 2017, v. 19, 2013.

MURAD, Isabela et al. O SIGNIFICADO DO TRABALHO DOCENTE: uma análise da percepção dos professores de uma Ifes de Minas Gerais. **Revista Foco**, v. 10, n. 3, p. 125-145, 2017.

NASCIMENTO, M. N. (2010). Homofobia e homofobia interiorizada: Produções subjetivas de controle heteronormativo? *Athenea Digital*, 17,227-239.

NATALINO, Marco Antonio Carvalho. Estimativa da população em situação de rua no Brasil. 2016. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/26102016td_2246.pdf>.

OLIVEIRA, U. R.; RODRIGUEZ, M. V. R. Gestão da diversidade: além de responsabilidade social, uma estratégia competitiva. In: XXIV ENCONTRO NAC. DE ENG. DE PRODUÇÃO, 2004, Florianópolis. Anais. ENEGEP, 2004 (p. 3833-3840)

PASCHOAL, Júlio Emílio Cavalcanti. LGBTfobia e justiça restaurativa. 2017. Disponível em: <<http://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/21683>>. Acesso em: 28 de set. 2017.

PEREIRA, Camila Potyara. Rua sem Saída: um estudo sobre a relação entre o Estado e a população de rua de Brasília. 2008. 127 p. Dissertação (Mestrado em Política Social) -Universidade de Brasília, Brasília, 2008.

PEREIRA, Jamille B. C.; HANASHIRO, Darcy M. M. Ser ou Não ser Favorável às Práticas de Diversidade: Eis a Questão. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO, 32, Rio de Janeiro, 2008. Anais XXXII ENANPAD, Rio de Janeiro: ANPAD, 2008.

PEREIRA, Ludmila Vasco de Toledo. Albergue para pessoas em situação de rua. 2014. Disponível em: <<http://www.ipoggo.com.br/uploads/arquivos/c306abdf7546462767670bbf62615dd.pdf>>. Acesso em: 30 out. 2017.

PINTO, Vera Lucia Xavier et al. Labor, trabalho e ação: elementos pertinentes aos conceitos arendtianos em relatos autobiográficos de trabalhadores do setor de transportes. *Saúde e Sociedade*, v. 23, p. 1288-1300, 2014.

Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT. Disponível em: <<http://www.arco-iris.org.br/wp-content/uploads/2010/07/planoLGBT.pdf>> Acesso em: 30 set. 2017.

PRADO, M. A. M.; MACHADO, F. V. Preconceito contra homossexualidades - A hierarquia da invisibilidade. *Coleção Preconceitos*. São Paulo: Cortez, 2008.

PRATES, Jane Cruz; PRATES, Flávio Cruz; MACHADO, Simone. Populações em situação de rua: Os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. *Temporalis*, v. 11, n. 22, p. 191-216, 2012.

Programa Brasil Sem Homofobia. Disponível em: <http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf> Acesso em: 30 set. 2017.

RIBEIRO, CA de O.; CAMPOS, LN de M. Qualidade de vida no trabalho. **Revista Tecer, Belo Horizonte**, v. 2, n. 2, 2009.

REIS, Toni. Avanços e desafios para os direitos humanos das pessoas LGBT. VIEIRA, Tereza Rodrigues. *Minorias Sexuais: Direitos e preconceitos*. Brasília: Consulex, 2012.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. *Pesquisa social*. São Paulo: Atlas, v. 3, 1999.

SAJI, Genilda S. M. *Gestão da diversidade no Brasil: apresentação de um modelo brasileiro*. São Paulo, 2005.

SANTANA, Vanessa; CASTELAR, Marilda. A população em situação de rua e a luta pela cidadania. *Revista Baiana de Saúde Pública*, v. 38, n. 2, p. 357-369, 2014.

SANTOS, A. R. *Metodologia científica: a construção do conhecimento*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

SANTOS, José Eduardo Ferreira; DE SOUSA BASTOS, Ana Cecília. TRAVESSIAS: A ADOLESCÊNCIA EM NOVOS ALAGADOS: trajetórias pessoais e estruturas de oportunidade em um contexto de risco psicossocial. Revista Levs, n. 10, 2012.

SANTOS, Lene Lima. Habitar a rua: compreendendo os processos de risco e resiliência. 2006.

SILVA, Hélio; MILITO, Cláudia. Vozes do Meio Fio. Rio de Janeiro. Relume-Dumará: 1995.

SILVA, Maria Lúcia Lopes da. Trabalho e população em situação de rua no Brasil. São Paulo. Cortez, 2009.

SIQUEIRA, M. V. S; ZAULI-FELLOWS, A. Diversidade e identidade gay nas organizações. In: ENCONTRO DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS 5, 2006, Porto Alegre. Anais. Porto Alegre: ANPAD, 2006.

SIQUEIRA, Vinícius Viana Santos Bragança. Comunidade LGBT: um levantamento das estratégias de interação entre empresas e a comunidade LGBT. 2015. 90 f. Monografia (Bacharelado em Administração) —Universidade de Brasília, Brasília, 2015.

SOTERO, Marília. Vulnerabilidade e vulneração: população de rua, uma questão ética. Rev Bioét. 2011;19(3):799-817.

APÊNDICES

Apêndice A – Roteiro de Entrevista

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Dados demográficos: Nome, idade, sexo e gênero;

1. Me fale um pouco sobre você e sua história de vida.
2. Você tem alguma experiência de trabalho? Atualmente você trabalha? Em que você gosta de trabalhar?
3. Você já enfrentou alguma forma de violência na rua ou antes dessa situação? E por ser LGBT?
4. O fato de ser LGBT influencia/influenciou o fato de estar em situação de rua?
5. Em sua opinião, o que poderia ser feito para a inclusão de pessoas LGBT em situação de rua no mercado de trabalho?
6. Você acredita que o trabalho pode alterar ou alterou sua condição de vida? De que forma?
7. Você acredita que o trabalho pode alterar ou alterou a condição de vida de pessoas em situação de rua? De que forma? *
8. Gostaria de acrescentar informações não abordadas nesta entrevista?

* Pergunta exclusiva para entrevistados (as) que lidam diretamente com a população pesquisada, não fazendo parte desta.

Apêndice B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Concordo em participar, como voluntário ou voluntária, do estudo que tem como pesquisador responsável o aluno de graduação Talyson Eurico Sousa dos Santos, do curso de Administração da Universidade de Brasília, matrícula 14/005*5*6, que pode ser contatado pelo e-mail theosousa01@gmail.com e pelo telefone (61) 99935-8**0. Tenho ciência de que o estudo tem em vista realizar entrevistas com LGBT em situação de rua, visando, por parte do referido aluno a realização de trabalho de conclusão de graduação. Minha participação consistirá em conceder uma entrevista que será gravada e transcrita. Entendo que esse estudo possui finalidade de pesquisa acadêmica, que os dados obtidos não serão divulgados, a não ser com prévia autorização, e que nesse caso será preservado o anonimato dos participantes, assegurando assim minha privacidade. O aluno providenciará uma cópia da transcrição da entrevista para meu conhecimento, se requisitado. Além disso, sei que posso abandonar minha participação na pesquisa a qualquer momento e que não receberei nenhum pagamento por esta participação.

Assinatura

Brasília, ____ de _____ de 2018.